

Folha de São Paulo, 13 de Fevereiro de 2023

Plano é dar reajuste para servidores federais até abril, diz ministra

Governo tem R\$ 11,2 bi para elevar salários em até 9%, mas percentual pode ser menor se houver aumento no auxílio-alimentação

Por: Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve concluir nas próximas semanas a negociação para reajustar os salários de servidores federais até abril de 2023. O aumento pode ser de até 9%, mas o valor final ainda depende de uma decisão sobre ajustar ou não o auxílio-alimentação —medida que beneficia mais os servidores com menor remuneração.

Em qualquer cenário, porém, o percentual ficará abaixo dos 35% calculados por parte das categorias como o necessário para compensar a defasagem acumulada na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que condicionou mais gastos sociais na pandemia à contenção de despesas com o funcionalismo.

Em sua primeira entrevista no cargo, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, reconhece que dificilmente o governo conseguirá repor todo esse impacto. "Os servidores merecem algum reajuste, mas dificilmente será para compensar toda essa perda", afirma à Folha.

Qualquer combinação de medidas terá de caber na verba de R\$ 11,2 bilhões já prevista no Orçamento deste ano. Para a ministra, a discussão também precisará observar a necessidade de novas contratações, após os gastos caírem para o menor patamar em 26 anos no governo Bolsonaro.

Dweck também defende uma reforma administrativa que promova a adequação dos instrumentos de seleção, progressão e avaliação de servidores, mas é taxativa sobre a manutenção da estabilidade do funcionalismo. Ela afirma que o teto remuneratório precisa ser respeitado e que o governo vai avaliar se é preciso adotar alguma norma adicional para impedir ganhos acima do limite.

"A lógica é que todo mundo estivesse [ganhando] dentro do teto. Se alguém não está, tem alguma coisa errada na regulamentação dessa lei", diz.

O governo reabriu a mesa de negociação com servidores. As carreiras vão ter um reajuste ainda este ano? Vai ter reajuste escalonado para os próximos anos?

Em primeiro lugar, para 2023 existe já um orçamento definido, que é R\$ 11,2 bilhões, e esse valor será utilizado. É o que está no Orçamento e está mantido.

Tem dois valores lá, os R\$ 11,2 bilhões é o que pode ser gasto neste ano. E pode ter um valor anualizado de até R\$ 16 bilhões —ou seja, o impacto que ele gera para o ano seguinte.

Esse impacto máximo de R\$ 16 bilhões dá um reajuste de quanto?

Dá em torno de 9%.

Seria com um reajuste linear para todas as carreiras do Executivo?

Seria para todas as carreiras do Executivo. Até a entrega do Orçamento de 2024, a gente está pensando em fazer uma discussão mais ampla para os próximos anos. Ainda não tem uma diretriz clara, se será só para 2024, se será plurianual. Estamos mais focados na emergência de 2023. Depois, precisa definir a nova regra [fiscal], definir qual vai ser o espaço fiscal que existirá para isso.

Carreiras da base do funcionalismo estão com o salário congelado desde 2017, enquanto carreiras de Estado tiveram o último reajuste em 2019. Pode haver alguma diferenciação para compensar?

Estamos avaliando. É mais possível que a gente faça alguma coisa mais linear em 2023. Uma questão importante que a gente está avaliando para 2023 é o reajuste de benefícios, principalmente alimentação, porque há uma defasagem gigantesca entre o Executivo e os demais Poderes [o valor do auxílio do Executivo é R\$ 458 mensais, enquanto o do Judiciário foi reajustado neste ano para R\$ 1.182,74]. Isso é um valor que acaba beneficiando mais as carreiras baixas. Ainda não tem uma decisão, mas talvez fosse uma maneira de compensar os salários mais baixos.

Até quando se prevê mandar um projeto de lei? Tem possibilidade de ser feito por medida provisória?

Existe a possibilidade, aconteceu em outros anos, e a gente está avaliando para poder acelerar o impacto [para os servidores]. Mas isso é uma decisão da Casa Civil com o presidente da República. Se a gente está com um bom relacionamento com o Congresso, um projeto de lei também pode ser aprovado de forma célere.

Tem uma data como objetivo?

A gente queria tentar fechar essa proposta até o final de fevereiro, início de março. Vamos ver se a oferta para os servidores vai ser aceita.

O reajuste de 9% seria o máximo possível neste ano?

Vai depender do mês [de aplicação]. Se for desde março, acho que não dá. Teria que ser um pouco mais para frente, para dar os 9% [de reajuste] dentro dos R\$ 11,2 bilhões [previstos para 2023]. Não tenho certeza absoluta, acho que seria abril, mas de novo, é [preciso] uma avaliação, se só [contempla servidor] civil ou não.

Então em fevereiro e março seria concluir o acordo e anunciar.

Isso, exatamente. E, eventualmente, definir: vai ser projeto de lei, vai ser medida provisória para acelerar a aplicação. Para começar a valer em março ou em abril.

Parte dos servidores tem uma demanda bem forte em termos percentuais pela falta de reajuste nos últimos anos [a defasagem para algumas carreiras é

de 35%]. É possível repor tudo isso ou parte vai ficar para trás?

É muito difícil repor todo o passivo. É mais um dos passivos que ficaram do governo anterior. Os servidores merecem algum reajuste, mas dificilmente será para compensar toda essa perda. Estamos olhando mais para frente e pensando em fazer uma coisa que seja combinada com a necessidade de contratação. Não adianta forçar, repor todo o salário, e não conseguir contratar ninguém. As carreiras estão defasadas. A partir de 2017, o saldo [de contratações] passa a ser negativo todos os anos. Isso comprometeu muitas áreas, então é mais importante olhar o todo.

Mesmo de uma forma escalonada, essa perda não será repostada?

É muito difícil. Muito difícil. Mas acho que eles [servidores] têm um pouco essa consciência. Está no papel deles pedir, e é o nosso papel dizer os limites fiscais para isso.

E os militares? Eles foram contemplados com reajustes na reestruturação que houve em 2019. Eles seriam incluídos nessa negociação?

Na lei, da maneira como a LOA [Lei Orçamentária Anual] foi aprovada, o valor é para [servidor] civil. A gente está avaliando. [A categoria] Teve a reestruturação em 2019, que ninguém teve.

Em princípio, eles não têm essa mesma urgência que os civis têm?

Em princípio, não, mas estamos olhando. A mesa de negociação se refere ao civil, de fato, até porque os militares não têm representação sindical –o que não significa que eles não têm o direito de ter uma avaliação sobre o seu salário. Por isso que a gente está olhando com calma, para tomar essa decisão de forma republicana.

O dimensionamento das novas contratações está sendo feito ou já existe?

Está sendo feito. Não é trivial, porque você teve um processo de digitalização, de automação. O [ex-ministro Paulo] Guedes falava 'a gente não está contratando porque vai fazer tudo digital'. Não é verdadeiro. Mas também não é verdadeiro que precise o mesmo quantitativo que tinha há quase dez anos, porque muita coisa foi digitalizada.

Também tem um recurso previsto para este ano de contratação, em torno de R\$ 1,5 bilhão. Não é muita coisa, mas permite a algumas áreas muito críticas e que têm concurso em aberto, cadastro reserva, fazer contratações. É nisso que a gente está tentando focar. E autorizar alguns novos ainda este ano.

Houve uma redução grande do quantitativo dos servidores nos últimos anos. É preciso retomar contratações?

Tem muitas áreas que precisam de contratação. A gente sabe que a curva vai ter que voltar a subir um pouco, sim, em termos de servidores ativos. Vai precisar

de contratação líquida positiva. Não quer dizer que o número vai aumentar muito, mas a gente tem um espaço para recomposição.

Quais contratações são mais urgentes agora? Tem novos concursos para serem autorizados? Quais?

Estamos muito focados no reajuste. Não tem como precisar quais seriam os concursos, em quais áreas.

Desde que eu estava aqui [no governo Dilma Rousseff], eu já acompanhava áreas que tinham muita gente em abono de permanência, com risco de aposentadoria, e a reforma da Previdência em 2019 acelerou. Áreas que já estavam com risco muito grande, com 30% da folha podiam se aposentar. [Como] IBGE e Banco Central, mas tem outras também.

Durante a campanha falou-se da necessidade de uma reforma administrativa. Como isso vai ser conduzido?

A gente é totalmente contra a PEC 32, reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro. Ela é extremamente punitivista, tem um foco na redução da estabilidade de forma arbitrária, uma tentativa de redução de salários, sem nenhuma preocupação com a qualidade do serviço.

Qual deve ser o foco da reforma administrativa?

Tem que adequar melhor os instrumentos, seja da seleção, seja da forma de progressão, seja a maneira de avaliação. Tem a estabilidade, e tenho uma opinião bastante forte sobre isso. Para mim, estabilidade é proteção do Estado,

não [só] do servidor. Preciso de gente capaz de fazer as políticas, e que a mudança de governo não interfira na capacidade de atuar na política.

Há um diagnóstico de que algumas categorias entram com salário muito alto e seria possível reduzi-lo, além de ampliar o tempo de progressão na carreira. Qual é sua visão?

Depende. Às vezes um salário alto é compatível com atração de um determinado nível de formação. Tem que tomar muito cuidado, porque concurso público tem que selecionar as melhores pessoas disponíveis para trabalhar. Então esse dimensionamento inicial tem que ser muito cuidadoso para não rebaixar muito e perder qualidade.

Por isso não tenho uma opinião ainda fechada. Preciso de uma análise mais criteriosa. Tem uma discussão muito importante das desigualdades entre as carreiras. Acho que isso, para mim, é um foco inicial mais forte, até.

Como a reforma administrativa vai se comunicar com os desafios fiscais que a União tem? Ela pode ser pensada de forma a evitar o descontrole nas despesas?

Tem que estar totalmente comunicado [com o cenário fiscal], tem que ser pensado em conjunto. A baliza vai ser dada pela nova regra fiscal. Não vai ser dada por ‘acho que os servidores merecem ganhar dez vezes mais’. Não, de jeito nenhum. O limite é dado pelo espaço fiscal existente para poder fazer essas mudanças.

Quando o governo anterior enviou a PEC, deixou de fora Judiciário e Legislativo — carreiras com as maiores remunerações e com penduricalhos que extrapolam o teto do funcionalismo. Como vão lidar com isso na reforma? Está muito no início para falar sobre isso. Mas a gente, por exemplo, olhou com preocupação a questão dos quinquênios [PEC em tramitação no Senado que recria o adicional no salário para juízes]. Isso era uma preocupação, pelo efeito que isso tem sobre o teto [remuneratório].

Temos preocupação com o teto ser respeitado, de olhar onde não está sendo respeitado e se precisa fazer alguma normatização para isso. E para evitar desigualdades excessivas dentro do setor público. A lógica é que todo mundo estivesse [ganhando] dentro do teto. Se alguém não está, tem alguma coisa errada na regulamentação dessa lei.

RAIO-X

Esther Dweck, 45

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Professora do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Participou do grupo de transição. Foi secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento entre 2015 e 2016 (governo Dilma)